



CNPJ: 11.303.906/0001-00

OBJETO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL, EM VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE.

VOLUME ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GARANHUNS
JANEIRO/2026

1. APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garanhuns, sediada no Palácio Celso Galvão, localizado na Avenida Santo Antônio, 126, apresenta as especificações técnicas do projeto de **MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL, EM VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE.**

O projeto foi definido a partir do levantamento topográfico, percepção da necessidade do local e quantidade de veículos que circulam nas vias em questão.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E LOCALIZAÇÃO

O município de Garanhuns, localizado no Agreste Pernambucano, possui população estimada de 141.347 habitantes (IBGE, 2021). Possui área territorial de 458,552 km² sendo constituído de três distritos: Iratama, Miracica e São Pedro.



Localização – Garanhuns - PE

A uma altitude de 842 m, Garanhuns possui um clima tropical de altitude e sua distância até a capital do estado é de cerca de 230 km.

2.2 GENERALIDADES E JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Garanhuns, ao longo dos últimos quatro anos, vem implementando um conjunto de intervenções voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, por meio da execução de obras de pavimentação em paralelepípedos graníticos, pavimentação e recapeamento asfáltico, implantação de sinalização vertical e horizontal, bem como da instalação de sistemas de drenagem de águas pluviais e, em determinados casos, de águas servidas.

Tais ações têm como finalidade elevar a qualidade de vida da população, proporcionando benefícios diretos, como: a redução da poeira em períodos de estiagem; a diminuição dos riscos de contaminação por doenças de veiculação hídrica durante a estação chuvosa; a melhoria das condições de mobilidade e fluidez do tráfego urbano; a ampliação da acessibilidade para os moradores das

áreas contempladas; além da consequente valorização imobiliária e da mitigação das desigualdades sociais.

2.3 DIMENSIONAMENTO E DIRETRIZES

A execução dos serviços será realizada em conformidade com o projeto executivo e as Normas Técnicas Brasileiras pertinentes da ABNT, observando integralmente as especificações do caderno técnico do SINAPI e as boas práticas de engenharia.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas presentes nesse memorial descritivo estão de acordo com os itens utilizados na Planilha Orçamentária, conforme segue abaixo:

Serviços Preliminares

Fornecimento e Instalação de Placa de Obra (SINAPI 103689)

Consiste no fornecimento e instalação de placa de obra em chapa metálica galvanizada, com estrutura de madeira tratada, conforme padrão do órgão contratante e legislação vigente. A placa deverá conter informações do empreendimento, responsáveis técnicos, valores e prazos, obedecendo às dimensões mínimas e layout estabelecidos. A fixação deverá garantir estabilidade e durabilidade durante todo o período da obra.

A placa de obra deverá ser instalada antes do início dos serviços, em local visível, fixada em estrutura estável, conforme dimensões e modelo padronizados.

Implantação de Pavimentação Asfáltica

Movimentação de Terra

Escavação Horizontal em Solo de 1ª Categoria (SINAPI 101125)

Execução de escavação mecânica em solo de primeira categoria, incluindo carga e descarga do material escavado, com trator de esteiras. Os serviços deverão respeitar cotas de projeto, taludes de segurança e condições de estabilidade, conforme normas técnicas.

Regularização e Compactação de Subleito (SINAPI 100576)

Consiste na regularização do subleito, seguida de compactação mecânica, até atingir o grau de compactação mínimo exigido em projeto (geralmente $\geq 95\%$ do Proctor Normal), garantindo suporte adequado às camadas superiores do pavimento.

Carga, Manobra e Descarga de Materiais Granulares (SINAPI 100980)

Compreende o carregamento, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante, executados com escavadeira hidráulica, conforme volumes definidos em projeto.

Transporte de Material com Caminhão Basculante (SINAPI 95877)

Transporte do material escavado ou granular em caminhão basculante, em via urbana pavimentada, considerando a distância média de transporte (DMT), conforme especificado no orçamento.

Sub-base e Base

Base/Sub-base em Solo Estabilizado Granulometricamente (SINAPI 101768)

Execução de camadas de sub-base e/ou base em solo estabilizado granulometricamente, devidamente espalhado, umedecido e compactado, atendendo aos requisitos de granulometria, suporte e resistência definidos nas normas do DNIT e SINAPI.

Base de Brita Graduada Simples – BGS (SINAPI 96396)

Execução de camada de base em brita graduada simples, com espessura conforme projeto (15 cm), incluindo espalhamento, umedecimento e compactação, garantindo módulo de resiliência adequado ao tráfego previsto.

Areia para Aterro (SINAPI 00000368)

Fornecimento de areia natural, limpa e isenta de matéria orgânica, destinada à regularização e complementação volumétrica das camadas estruturais do pavimento.

Pavimentação Asfáltica

Locação de Pavimentação (Composição Própria – ref. SINAPI 105137)

Serviço de locação topográfica do eixo e bordas da via, incluindo piquetes, marcações e conferência geométrica, conforme projeto executivo.

Assentamento de Meio-Fio Pré-moldado (SINAPI 94273 e 94274)

Execução do assentamento de guias (meio-fio) em concreto pré-moldado, em trechos retos e curvos, sobre base de concreto, alinhadas e niveladas, garantindo contenção lateral do pavimento.

Execução de Sarjeta de Concreto Moldada in loco (SINAPI 94281 e 94282)

Construção de sarjetas em concreto usinado, moldadas no local, destinadas ao escoamento superficial das águas pluviais, conforme dimensões e declividades de projeto.

Escoramento de Meio-Fio com Material Local (Composição Própria)

Reaterro e compactação manual do material adjacente ao meio-fio, garantindo estabilidade e travamento lateral das guias.

Imprimação com Asfalto Diluído CM-30 (Composição Própria – ref. SINAPI 102470)

Aplicação de imprimação asfáltica sobre a base granular, utilizando asfalto diluído CM-30, com taxa de aplicação conforme norma DNIT, visando promover aderência entre a base e o revestimento asfáltico.

Pintura de Ligação com Emulsão RR-1C (Composição Própria – ref. SINAPI 104375)

Aplicação de pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C, assegurando aderência adequada entre camadas asfálticas.

Execução de Camada Binder (SINAPI 95996)

Execução da camada intermediária (binder) em concreto asfáltico usinado a quente, aplicada e compactada com equipamentos adequados, atendendo aos parâmetros de densidade e acabamento.

Execução de Camada de Rolamento (Composição Própria – ref. SINAPI 95995)

Execução da camada final de rolamento em concreto asfáltico, garantindo regularidade superficial, conforto e segurança ao tráfego.

Fornecimento de CBUQ – Faixa C (SINAPI 00001518)

Fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente, padrão DNIT, Faixa C, com ligante CAP 50/70, produzido em usina licenciada.

Carga e Transporte de Mistura Asfáltica (SINAPI 101004 e 95877)

Carga, transporte e descarga da mistura asfáltica em caminhões basculantes, garantindo temperatura adequada até o local de aplicação.

Canteiro Central, Passeios e Calçadas

Execução de meio-fio para delimitação, camada separadora em lona plástica e execução de passeio em concreto moldado in loco, conforme normas de acessibilidade e projeto arquitetônico.

Sinalização Vertical e Horizontal

Execução de placas de sinalização vertical, suportes metálicos galvanizados, pintura de meio-fio e sinalização horizontal com tinta acrílica retrorrefletiva, conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e referências SINAPI/SICRO.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

É obrigação da empresa contratada, a execução de todas as obras ou serviços descritos ou mencionados neste documento, ou constante no projeto ou planilha, fornecendo para tanto, toda mão de obra e equipamentos necessários. São de responsabilidade da contratada:

- a) O cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho;
- b) O pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras, que vierem a incidir sobre a execução da obra ou serviços;
- c) Será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Garanhuns;

Para qualquer serviço mal executado, a fiscalização terá o direito de modificar, mandar refazer, sem que tal fato acarrete ressarcimento financeiro ou material, bem como a extensão do prazo para conclusão da obra.

5.0 ENTREGA DE OBRA

A entrega da obra será realizada após a conclusão integral dos serviços contratados, os quais deverão estar em perfeito estado de execução, acabamento e funcionamento, em conformidade com os projetos, memoriais, normas técnicas e demais documentos que compõem o contrato. A obra somente poderá ser considerada entregue quando atender a todos os critérios de desempenho, qualidade, segurança e funcionalidade estabelecidos previamente, sendo obrigatória a sua vistoria por parte da Prefeitura Municipal de Garanhuns, por meio de profissional ou equipe de fiscalização designada.

Conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o processo de recebimento da obra seguirá dois momentos distintos: o recebimento provisório e o recebimento definitivo. Inicialmente, a fiscalização realizará uma vistoria técnica ao término dos serviços, com o objetivo de verificar se os mesmos foram executados de acordo com o contrato e se a obra apresenta condições de uso imediato e adequado. Sendo constatada a conformidade da execução e não havendo falhas aparentes ou impedimentos à sua utilização, será emitido o termo de recebimento provisório, que formaliza a entrega parcial e inicia o período de observação. Durante esse período, a contratada permanece responsável pela obra, especialmente no que se refere à correção de eventuais falhas construtivas, vícios ocultos ou imperfeições que venham a ser identificadas pela Administração. Findo esse prazo, e verificada a inexistência de pendências técnicas ou documentais, será realizada nova vistoria pela equipe de fiscalização da Prefeitura. Comprovada a regularidade da obra e a execução satisfatória dos serviços, será então emitido o termo de recebimento definitivo.

Para que o recebimento definitivo possa ser efetivado, será necessária a apresentação de todos os documentos técnicos exigidos contratualmente, tais como o projeto "as built" (conforme executado), relatórios de controle tecnológico e ensaios, manuais de operação e manutenção (quando aplicáveis), termo de garantia de materiais e equipamentos, e as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) baixadas junto ao CREA. Além disso, toda a execução deverá estar de acordo com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, incluindo as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como com o Código de Obras do Município de Garanhuns.

O processo de entrega da obra pública, estruturado conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tem por objetivo assegurar a transparência, a responsabilidade técnica e a conformidade legal da execução, garantindo que o bem entregue à sociedade atenda plenamente aos padrões de qualidade e segurança exigidos pela Administração Pública.

6.0 CONTROLE TECNOLÓGICO

Para assegurar a conformidade dos materiais utilizados com as exigências do projeto e das normas técnicas vigentes, será adotado um sistema de controle de qualidade baseado na realização de ensaios específicos para cada tipo de material empregado, sempre que a fiscalização da contratante assim julgar necessário. A critério do responsável técnico da fiscalização, poderão ser solicitados ensaios de caracterização, desempenho, resistência, composição ou qualquer outro procedimento laboratorial que permita aferir a adequação do material às condições técnicas previstas. Esse controle poderá ser exercido tanto de forma preventiva, por meio de amostragens antes da aplicação dos insumos, quanto de forma corretiva, durante ou após a execução dos serviços. A contratada deverá garantir total acesso da fiscalização aos locais de armazenamento, ao canteiro de obras e aos pontos de aplicação dos materiais, bem como providenciar, sem ônus adicional, a coleta, o transporte e a substituição das amostras, se necessário.

Além dos ensaios técnicos, será facultado à fiscalização, nos termos do contrato e da legislação vigente, o poder de rejeição imediata de qualquer material ou componente que, por inspeção visual, apresente características incompatíveis com as especificações do projeto ou que evidenciem defeitos, falhas de fabricação, contaminações ou inadequações ao uso proposto. A observação de aspectos como coloração, granulometria, textura, integridade física, umidade, odor e embalagem poderão ser elementos suficientes para recusar o fornecimento, independentemente de análise laboratorial, conforme prática usual da engenharia e da boa técnica. Os materiais rejeitados, seja por meio de laudo técnico ou por inspeção visual, deverão ser prontamente retirados da obra e substituídos por produtos em conformidade. A responsabilidade pela qualidade dos materiais é exclusiva da contratada, não sendo admitida a utilização de quaisquer insumos sem prévia aprovação da fiscalização.

7.0 MEDIDAS DE SEGURANÇA

Durante toda a execução da obra, deverão ser rigorosamente observadas as normas e legislações vigentes relativas à saúde e segurança do trabalho, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela adoção e fiscalização de todas as medidas de proteção aos trabalhadores, bem como pela implementação dos sistemas de prevenção de acidentes no canteiro. A execução dos serviços deverá respeitar, especialmente, as diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e das Normas Regulamentadoras – NRs.

Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores, compatíveis com os riscos associados às suas atividades. Entre os EPIs exigidos estão capacetes de segurança, botas com biqueira de aço, óculos de proteção, luvas, protetores auriculares, máscaras contra poeira e, especialmente para serviços realizados a mais de dois metros de altura, cinturões de segurança com trava-quedas e dispositivos de ancoragem, conforme estabelece a NR 35. A contratada deverá ainda implementar, manter e fiscalizar a utilização de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

O acesso ao canteiro de obras será restrito aos profissionais autorizados. A entrada de terceiros, visitantes, fornecedores ou fiscais deverá ocorrer apenas mediante aprovação prévia do responsável técnico da contratada e acompanhamento contínuo de pessoa designada para esse fim. Todos os acessos devem ser registrados, e a contratada deverá manter controle formal de entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, visando garantir a segurança patrimonial e operacional da obra. Cabe à fiscalização do contratante verificar, ao longo da execução, o cumprimento das exigências de segurança descritas neste memorial, podendo exigir a suspensão de atividades ou substituição de pessoal em caso de descumprimento de normas ou exposição a risco.

Todas as medidas preventivas adotadas, bem como os treinamentos, fichas de EPI e registros de inspeção de segurança, deverão estar disponíveis para consulta da fiscalização e constar no prontuário técnico da obra.

8.0 ORÇAMENTO

O orçamento foi elaborado com base nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, adotando o regime NÃO DESONERADO com data base de SETEMBRO/2025, Sistema de Custos Rodoviários – SICRO3 DNIT com data base JULHO/2025 e ORSE-SE AGOSTO/2025, também com regime NÃO DESONERADO. O BDI 1 utilizado foi de 21,35% e o BDI Diferenciado foi de 15,28%.


O valor total dos serviços importa em **R\$ 5.385.541,32 (cinco milhões trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos).**

9.0 DAS INFORMAÇÕES

Declaramos para os devidos fins, que as informações contidas neste Caderno de Especificações Técnicas atendem a todas as necessidades para execução dos serviços solicitados e que o teor deste documento é de inteira responsabilidade da Secretaria de Planejamento do município de Garanhuns-PE.

Este documento contempla 14 (quatorze) páginas, sendo a última assinada.

Garanhuns, 05 de janeiro de 2026.


Maylla F. Araújo Ferreira
Engenheira Civil
CREA-PE 181840170-3

Maylla Fernanda Araújo Ferreira
Engenheira Civil – CREA Nº 181840170-3
Secretaria de Planejamento e Projetos